

# O SIGNIFICADO DE FRONTEIRAS NA HISTÓRIA DO ZIMBÁBUE — REFLEXÕES INICIAIS

Wolfgang Döpcke  
Universidade de Brasília  
Departamento de História

## Introdução

Com notáveis exceções,<sup>1</sup> as fronteiras ainda não constituem um assunto central na história social do continente africano. Os poucos estudos existentes têm focado, principalmente, a gênese e as conseqüências das fronteiras estatais na época colonial. A polêmica *frontier-thesis* de F. Turner inspirou também reflexões sobre sua potencial validade no contexto da história da África.<sup>2</sup>

Igor Kopytoff adota a tese de Turner como ponto de partida para as suas interpretações sobre a África pré-colonial,

---

1. Alguns destes trabalhos são: H. Lamar e L. Thompson (orgs.). *The Frontier in History. North America and Southern Africa Compared*. New Haven / Londres 1981. A. I. Asiwaju e P. O. Adeniyi (orgs.). *Borderlands in Africa: a Multidisciplinary and Comparative Focus on Nigeria and West Africa*. Lagos/Oxford, 1989.

2. Turner argumenta que o caráter singular da expansão para o oeste nos Estados Unidos criou uma sociedade fronteiriça (*frontier society*) que, por intermédio dos valores de democracia, individualismo e mobilidade social, influenciou profundamente as instituições e a mentalidade coletiva dos norte-americanos. Ver F. J. Turner. *The Frontier in American History*. Nova York: Holt, Rinehart e Winston, 1963. G. R. Taylor (org.). *The Turner Thesis. Concerning the Role of the Frontier in American History*. Lexington, 1972.

mas a vira 'dos pés à cabeça'.<sup>3</sup> Ao contrário da idéia-chave de Turner sobre a influência inovadora da *frontier*, Kopytoff argumenta que o que caracteriza os processos sociais da *frontier* africana são a sua continuidade e o seu conservadorismo. A zona fronteiriça da África pré-colonial — isto é, os espaços de novos povoamentos, entre as mais antigas áreas — não criou novas formas de organização social e política, mas reproduziu as velhas, as conhecidas. Desta maneira, por meio de fissão e migração, estendeu-se largamente o modelo africano da sociedade patriarcal.

A afirmação de que as fronteiras ainda não figuram como tema central na historiografia africana não significa, entretanto, que não tenham sido objeto de pesquisas. Muitos estudos abordam a questão no contexto dos elementos constitutivos de estrutura e dominação políticas. O tema 'fronteiras' tem feito parte da discussão sobre o princípio da territorialidade ou do parentesco como bases de domínio político e como elementos formadores das unidades políticas como chefias. J. Koponen, por exemplo, argumenta que, embora o sistema de parentesco constituísse a base da organização social e política na Tanzânia pré-colonial, o princípio da territorialidade — que implica fronteiras — também tinha relevância. No século XIX, talvez desde o século XVII, predominavam chefias com fronteiras nitidamente esboçadas. Aspectos rituais de dominação política e constituição social (como, por exemplo, alguns cultos religiosos, cultos regionais e também *rainmaking*) possuíam uma clara dimensão espacial. No entanto, Koponen sublinha também que a concepção de fronteira, como é abordada atualmente, tem a sua origem no processo de formação dos Estados modernos europeus no

---

3. I. Kopytoff (org.). *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

século XVIII, não acrescentando muito para a compreensão da Tanzânia pré-colonial.

Na análise sobre a 'Pondolândia' na África do Sul, W. Beinart identifica o processo histórico do desdobramento de domínio baseado em territorialidade. O domínio e o poder dos chefes fundamentava-se principalmente sobre as pessoas e baseava-se em lealdade e parentesco (real ou inventado), embora um princípio espacial de controle nunca tivesse estado ausente. Com a crescente permanência das estruturas de povoamento, a demarcação das chefias alcançou maior importância.<sup>4</sup>

A.I. Asiwaju oferece uma visão mais geral sobre as fronteiras na África pré-colonial, argumentando que fronteiras eram mais largas zonas fronteiriças do que fronteiras de linhas delimitadas com precisão. Os povos africanos e os seus chefes, segundo Asiwaju, gostariam que as fronteiras de seus territórios fossem assim demarcadas, porém só raramente conseguiam pôr em prática este desejo.<sup>5</sup> O conceito de fronteira como linha, assinala Asiwaju, transposto do significado de fronteira corrente na Europa moderna, era estranho na África.

O fato de Asiwaju e a maioria dos outros autores terem levantado a questão da diferença fundamental entre o conceito de fronteira do período pré-colonial africano e o conceito europeu contemporâneo coloca a necessidade de se mencionar a evolução do próprio conceito e do termo 'fronteira' (em consonância com a modificada realidade social) no contexto europeu.

---

4. W. Beinart. *The Political Economy of Pondoland 1860-1930*. Cambridge, 1982, p. 18.

5. A. I. Asiwaju. 'The Concept of Frontier in the Setting of States in Pre-colonial Africa'. *Presence Africaine*. Paris, 1983, pp. 43-49.

Para a palavra 'fronteira' existem, em algumas línguas européias, diferentes denominações, que tanto caracterizam o objeto quanto refletem as modificadas concepções e realidades das fronteiras. Kristof chama atenção para a diferença fundamental do significado entre *frontier* e *boundary* na língua inglesa.<sup>6</sup> *Frontier*, em seu significado histórico, não era um conceito jurídico, tão pouco político ou intelectual, mas "uma manifestação da tendência espontânea da expansão das áreas povoadas pela humanidade".<sup>7</sup> Nas *frontiers*, encontram-se zonas de habitação e culturas diferentes. Nelas se desenvolvem as *frontier cultures* com uma dinâmica social particular. O termo *boundary*, ao contrário, descreve as estabelecidas fronteiras de unidades políticas e forma a base do atual conceito de fronteira do Estado nacional. As *Boundaries* separam e nelas se refletem as forças centrípetas das unidades políticas. A fronteira como *boundary*, segundo Kristof, refletiria um nível de amadurecimento social, de ordem e de observação das leis.

No francês, existem também vários termos para se diferenciar tipos de fronteiras.<sup>8</sup> 'Limites' como linha de fronteira entre territórios era "uma pacífica palavra jurídica para o tratamento de questões de marcas limítrofes". *Frontières*, ao contrário, "são os limites do ponto de vista do conquistador, do dominador, do enviado".<sup>9</sup> Ao termo *frontières* não se as-

---

6. L. K. D. Kristof. 'The Nature of Frontiers and Boundaries'. *Ann. of Ass. of Americ. Geographers*, vol. 49, 1959, pp. 269-282.

7. *Idem*, p. 270.

8. Ver H. Medick. 'Zur politischen Sozialgeschichte der Grenzen in der Neuzeit Europas'. *Sowi*, Jg. 20, H. 3, julho/agosto 1991, p.157-163. L. Febvre. 'Frontière — Wort und Bedeutung', em L. Febvre. *Das Gewissen des Historikers*. Berlim, 1988, pp. 27-38.

9. L. Febvre, *op. cit.*

socia primordialmente a concepção de uma linha fronteiriça, mas a idéia de fortalezas e defesas militares.<sup>10</sup> *Frontières* e 'limites' têm uma certa proximidade e se condensam em uma fronteira linear de Estado e da 'Nação', principalmente em consequência da Revolução Francesa.

Na língua alemã, o atual significado de fronteira estadual desenvolveu-se somente a partir do século XVIII. O discurso alemão era, ao contrário do francês, impregnado de figuras étnicas:

Nele se atrela uma noção de fronteira da 'nação alemã', resultado da época de fragmentação territorial da Alemanha. Essa situação gerou um entendimento das fronteiras da 'nação alemã', primordialmente como uma determinada delimitação lingüístico-cultural, conjugada com uma compreensão específica da cultura e identidade nacionais.<sup>11</sup>

A discussão histórico-social do termo fronteira no contexto europeu esclarece não somente a historicidade do seu atual significado. Ela evidencia que a atual concepção de fronteira como uma linha, delimitando Estado-Nações, permite ser identificada como parte de uma complexa mudança de consciência. História de fronteira é assim também história das mentalidades coletivas. A história social européia também adverte contra uma fixação nas fronteiras militares e estaduais nas pesquisas acadêmicas.

Delimitações 'internas', ou seja, mentais e culturais [...] têm a sua própria *longue durée*, que pode ser original-

---

10. Ver a contribuição de Daniel Nordman ('Überlegungen zum Begriff der Grenze in Frankreich, vom 16. bis zum Beginn des 19. Jahrhunderts') para o Historikertag 1992 em Hannover, Alemanha.

11. H. Medick, op. cit., p. 160.

mente gerada por delimitações políticas, mas se desfaz em sua própria práxis e duração.<sup>12</sup>

### As fronteiras na história do Zimbábue

Procurar-se-á, a partir de agora, e à luz das observações anteriores, oferecer reflexões sobre os possíveis significados e realidades das delimitações do espaço físico na história de uma região que se constituía como o Estado moderno de Rhodesia do Sul (Zimbábue) depois de 1890. O artigo irá se concentrar em um tipo particular de fronteira, ou seja, em fronteira no sentido do *boundary* ou 'limite', e na conjugação deste tipo de fronteira com fronteiras 'culturais' e 'mentais'.

Especial atenção será dada à formação de fronteiras *internas* (ignorando a criação da fronteira nacional colonial com as suas repercussões mais óbvias) e de *novos tipos* de fronteiras e novos critérios de delimitações, bem como à fusão de diferentes critérios de delimitações que resulte em fronteiras sincréticas e multidimensionais.

O artigo pretende, assim, desenvolver as seguintes hipóteses:

1) O ponto de partida é a proposição de que no Zimbábue pré-colonial não só existiam fronteiras, mas que também eram importantes. Essas fronteiras eram eminentemente definidas de forma política. Elas delimitavam o domínio de um chefe tribal, e as pessoas vivendo nesses limites se definiam, independentemente de identificações genealógicas e de pa-

---

12. A. Lüdtkke e H. Medick. 'Einleitung', *Sowi*, Jg. 20, H. 3, julho/agosto 1991, p. 155.

rentesco, como membros da esfera de influência de um determinado chefe e não possuíam critérios étnicos, culturais ou mesmo lingüísticos como bases constituintes. Elas existiam em uma grande região de relativa homogeneidade cultural, que, porém, não constituía um critério para construir uma identidade comum.

2) A transformação colonial permitiu, em princípio, que essas fronteiras continuassem existindo, porém modificou radicalmente seu caráter e diminuiu sua importância. As fronteiras no período pré-colonial eram variáveis e flexíveis, vivendo um contínuo processo de mutação. A intervenção colonial fixou, em caráter permanente, sua extensão, ou melhor, suas novas e redefinidas delimitações. Ao longo do período, as fronteiras entre chefias, que eram abertas, transformaram-se em fronteiras compulsoriamente fechadas. Ao mesmo tempo, o Estado, tendo roubado parcelas significantes das terras africanas, e forçado crescentemente os africanos a viverem nas chamadas 'reservas nativas', estimulou o preenchimento do espaço a eles concedido. A decisão sobre quem poderia morar nestes espaços foi tendencialmente retirada das mãos da população e dos chefes locais.

3) Durante a época colonial, surgiram também novas fronteiras e novos critérios de delimitação, como as fronteiras entre o que foi chamado de 'raças' no discurso colonial, ou seja, entre os africanos e os colonos brancos. Surgiram fronteiras lingüísticas entre grupos populacionais, que chegavam a se considerar etnias distintas. Associado a isto é o desenvolvimento de fronteiras internas de caráter multidimensional, que unem diversos critérios de delimitação, e o tópico da 'criação' ou 'imaginação' do 'tribalismo' que recentemente atraiu muita atenção acadêmica.

## As fronteiras na época pré-colonial

Herbert Chimhundu afirmou recentemente, em um artigo sobre o desdobramento de identidades étnicas no Zimbábue colonial, que as sociedades pré-coloniais, dentro da 'zona não-limitada de cultura comum', não teriam atribuído grande importância às fronteiras:

Todas as pessoas eram *vanhu* (humanos), dividiam-se em grupos, e estes eram classificados de acordo com o parentesco e linhagem (*madzinza*). Cada um destes grupos pertencia a uma linhagem comum que era liderada por um chefe (...). À medida que a população crescia, multiplicava-se, em consequência, o número das chefias com a criação de novas *madzinza*, que se dirigiam para novos territórios (...). Uma cultura como esta não atribui grande importância a fronteiras fixas, estruturas estatais fortes e centralizadas ou exércitos grandes e poderosos.<sup>13</sup>

Esta afirmação de Chimhundu, constatando a baixa relevância de fronteiras, é considerada problemática. Divergindo dele, outros pesquisadores da história pré-colonial desta região destacam a existência de delimitações espaciais dos domínios dos chefes individuais. Mudenge, baseando-se em documentos portugueses, sustenta que tanto as chefias pré-coloniais quanto os territórios menores (os *dunhus*) possuíam fronteiras claramente delimitadas:

Conforme Barreto, as *matunhu* (pl. de *dunhu*) tiveram "seus próprios nomes e limites, que eram chamados *mogamos*, e estes territórios (...) tiveram os seus próprios *fumos*, ou pequenos reis dos negros (*Kaffir*

13. H. Chimhundu. 'Early Missionaries and the Ethnolinguistic Factor during the Invention of Tribalism in Zimbabwe'. *Journal of African History*, 33, 1992, p. 90.

*kings*)". Uma vez que o elemento de territorialidade era tão relevante, precisa ser destacado que as fronteiras de um *dunhu* eram claramente delimitadas, e às vezes por características naturais como rios ou montanhas.<sup>14</sup>

D. Beach vai além desta idéia de fronteiras claramente marcadas, argumentando que, mesmo no período pré-Bantu, os grupos de caçadores e coletores exerciam as suas atividades econômicas em territórios claramente definidos e delimitados, que também foram defendidos contra invasões. Além disso, segundo Beach, não somente as chefias e os impérios pré-coloniais (como o Império *Mwene Mutapa*) mas também as aldeias se caracterizavam por fronteiras bem definidas.<sup>15</sup>

As instituições e práticas religiosas tinham, igualmente — e ainda têm —, uma forte dimensão de espaço delimitado. Os espíritos de chefes ancestrais (*mhondoro-spirits*) que, nos seus cultos, se comunicam com as comunidades por intermédio de médiuns espirituais são ligados a territórios (*spirit provinces*).

Existem, portanto, fortes indícios na literatura de que existiam, no Zimbábue pré-colonial, fronteiras politicamente definidas, assim como de que elas exerceram um papel relevante na vida das comunidades. Porém, podem ser identificados dois fatores principais que contribuem para uma subestimação da importância destas fronteiras, como foi demonstrado no artigo de Chimhundu.

Em primeiro lugar, as posições das fronteiras eram, especialmente no inseguro século XIX, sujeitas a fortes e rápi-

---

14. S. I. G. Mudenge. *A Political History of Munhumutapa, c. 1400 - 1902*. Harare, 1988, pp. 14 e 18.

15. Ver por exemplo D. N. Beach. *The Shona and Zimbabwe 900 - 1850*. Gweru, 1984, p. 91.

das mudanças. Uma chefia se constituía mediante o domínio de um chefe e sua linhagem sobre homens, que aceitavam este domínio e autoridade. Este domínio sobre as pessoas sempre tinha uma dimensão necessária de territorialidade e 'limites' políticos. Estes 'limites', contudo, se encontravam em um processo constante de mudança, em função das conquistas ou da dinâmica de fissão e fusão das chefias. Especialmente no século XIX, caracterizado por muitos conflitos, migrações em grande estilo e catástrofes ambientais (como estiagem), as extensões de chefias determinadas mudaram intensamente. A população, e com ela também o território, eram altamente disputados, oscilando também em consequência os limites dos territórios.<sup>16</sup>

Em segundo lugar, estas fronteiras eram muito 'permeáveis' e, uma vez que possuir mais súditos significaria mais poder, as chefias aderiram ao princípio de maximização e não de exclusão de população. A terra, embora com 'dono', existia em relativa abundância, mas eram escassos os recursos humanos. A fissão de chefias estabelecidas constituía um estímulo importante e provocou migrações de grupos populacionais. Além disto, estiagens, fome, guerras e disputas dinásticas contribuíam para um movimento populacional permanente no planalto do Zimbábue. As migrações, às vezes, se davam sob uma forma violenta, como no caso bem conhecido de grupos de *nguni* no século XIX. As migrações pacíficas resultavam normalmente na submissão a um novo chefe, política e ritualmente.<sup>17</sup> Estas migrações não eram impedidas por

---

16. Em relação à 'Manyikalândia' ver T. O. Ranger. 'Missionaries, Migrants and the Manyika: The Invention of Ethnicity in Zimbabwe', em L. Vail (org.) *The Invention of Tribalism in Southern Africa*. Londres, 1989.

17. Ver por exemplo o caso da migração do grupo de Chiweshe do planalto central do Zimbábue para o norte: W. Döpcke. *Das koloniale Zimbabwe in*

fronteiras. Era sempre mais fácil a adesão a um novo chefe do que se afastar da antiga chefia.

Até agora este artigo concentrou-se nas fronteiras das relativamente pequenas chefias que caracterizaram a história política da população *shona*<sup>18</sup> durante o pós-dinástico século XIX. Como, portanto, se constituíram as fronteiras dos grandes impérios pré-coloniais? D. Beach sugeriu, para o Estado *Mwene Mutapo*, uma divisão da territorialidade estatal em três zonas principais: a) o estado nuclear; b) uma zona constituída por chefias que tinham que dar tributos, mas que mantiveram uma certa independência; c) uma zona que regularmente era sujeita a saques (*raids*) violentos. A clareza e a eficácia das fronteiras diminuíram do centro para a periferia do Estado.

Este modelo serve também para a descrição do Estado dos *ndebele*, o único Estado estabelecido no Zimbábue durante a segunda metade do século XIX. A expansão histórica deste Estado no sul do Zimbábue desde 1838 se estendeu por várias décadas.<sup>19</sup> No decorrer deste processo, as zonas fronteiriças entre o Estado nuclear e as zonas tributárias, habitadas por chefias de *shonas*, desempenharam um papel-chave. Beach e J. Cobbing acentuam que, ao contrário do mito colonial sobre os 'cruéis' *ndebele*, havia um relacionamento complexo entre Estado nuclear e chefias tributárias, no qual se re-

---

*der Krise. Eine Wirtschafts- und Sozialgeschichte 1929-1939.* Hamburgo, 1992.

18. Quando este artigo se refere à população *shona*, durante a época pré-colonial, pretende afirmar que esta denominação não implica elementos de identidade. Ele se refere somente ao fato das semelhanças nas expressões culturais destas populações e não sugere a existência de uma consciência sobre esta relativa homogeneidade cultural.

19. D. N. Beach. 'The Shona and Ndebele Power, 1840-1893', em D. N. Beach. *War and Politics in Zimbabwe, 1840-1900.* Gweru, 1986, p. 29.

fletia os interesses dos dois lados. Cobbing argumenta que o alvo principal do sistema de tributos era a criação de um espaço pacífico para o Estado nuclear, onde os *ndebele* podiam deixar pastar os seus imensos rebanhos de gado. Por meio de um complexo sistema de empréstimo de gado, que permitia o usufruto deste gado pelas chefias dos *shona*, foram criadas alianças entre o Estado dos *ndebele* e as chefias tributárias dos *shona*.<sup>20</sup> Em torno desta zona tributável, encontrava-se uma grande mas imprecisa zona, que regularmente era objeto de saques para o roubo de gado, mulheres, e também homens jovens.

### Fronteiras internas na época colonial

O que mudou com relação às fronteiras internas depois de 1890, ou seja, na época colonial? Três processos são destacados como tendo maior importância: 1) o fechamento de fronteiras; 2) a formação de novos tipos de fronteira e delimitação; 3) o surgimento de fronteiras de caráter 'multidimensional'. Estas mudanças fazem parte de um complexo processo de transformação colonial, que se estendeu pela época colonial inteira e que, ainda hoje, continua.

Como ponto de partida das nossas reflexões, seria útil mais uma citação do artigo de Chimhundu:

O que os europeus fizeram, quando dividiram a África, foi extinguir efetivamente os perpétuos movimentos de grupos de pessoas. O resultado foi o congelamento daquelas constelações geográficas e etno-lingüístas, que

---

20. J. Cobbing. *The Ndebele under the Khumalos, 1820-1896*, tese de doutoramento, Faculty of Arts: University of Lancaster, 1976, p. 148.

os próprios europeus haviam criado durante as primeiras fases da era colonial.<sup>21</sup>

Esta afirmação de que o projeto colonial teria acabado com as migrações de grandes grupos populacionais, dentro do âmbito rural, expressa bem um lado de uma complexa realidade colonial. Mas, também, o Estado colonial iniciou a sua política de reassentamento em grande estilo, tendo como objetivo excluir (em termos de permanência) os africanos das áreas designadas brancas e reassentá-los nas chamadas reservas nativas. Uma migração autodeterminada foi impedida. A migração forçada pelo estado se tornou um elemento central da política de segregação.

Esta contraditória combinação de fronteiras fechadas de um lado e migração forçada de outro criou conflitos profundos, que culminaram durante a guerra de libertação nos anos 1970. O colonialismo acabou com o costume pré-colonial de usar a migração como válvula de segurança no caso de conflitos graves nas chefias. Isto teve como resultado uma intensificação de tensões internas em muitas chefias e provocou conflitos dinásticos e de sucessão, às vezes insolúveis. O estado colonial inicialmente retirou dos chefes quase todos os privilégios, prerrogativas e fontes independentes de renda e riqueza. Mas, dentro do sistema colonial, os chefes foram também fortalecidos diante das pessoas comuns, em função da sua incorporação à máquina administrativa colonial. Estando mais seguros nas suas posições, muitos chefes e linhagens dominantes sentiram menos necessidade de levar em consideração os interesses comuns.

Este conflito agravou-se mais naquelas regiões que serviram como destinação dos reassentamentos. Neles, a propor-

---

21. H. Chimhundu, *op. cit.*, p. 89.

ção de 'estrangeiros', ou seja, dos africanos de outras regiões do país, cresceu bastante. Os migrantes se sentiam cidadãos de segunda classe, oprimidos e explorados pelas linhagens dominantes. Este conflito escorregou-se em muitas áreas durante a guerra de libertação. Foram os 'estrangeiros' que inicialmente mais rapidamente deram ajuda aos guerrilheiros e que, com o novo poder que adquiriram por meio das armas da guerrilha, tentaram afastar as linhagens dominantes e seus chefes do poder local.<sup>22</sup>

O conflito entre autóctones, linhagens dominantes e 'estrangeiros' era resultado direto da mudança funcional das fronteiras das chefias na época colonial. As conseqüências do fechamento das fronteiras foram dramaticamente ampliadas pelas migrações forçadas. Por causa da crescente escassez de terras úteis nas reservas, e também como resultado da intervenção direta da administração colonial no uso das terras nas reservas, o significado das delimitações *dentro* das chefias mudou radicalmente.

No Zimbábue pré-colonial a terra não era escassa, embora locais ecologicamente favoráveis representassem recursos disputados. No início da conquista colonial, iniciou-se um impressionante processo de expansão agrária entre a população africana. Utilizando o arado empurrado por bois, as áreas sob cultivo expandiram-se dramaticamente e as últimas *frontiers* internas foram conquistadas. Sociologicamente, este processo caminhou junto com a crescente independência de jovens homens e as suas famílias, *vis-à-vis* os anciões, ou seja, os antigos regentes sobre os *dambos* (várzeas férteis) e *kopjes*

---

22. Ver N. Kriger. *Zimbabwe's Guerrilla War: Peasant Perspectives*, tese de doutoramento, John Hopkins University, 1988. B. Mukamuri. 'Social Change and Ecological Change in Zimbabwe', *paper given to the African Research Seminar*. St. Antony's College, Oxford University, 1990.

(morros). Este processo de expansão chegou aos seus limites na década de 1930. Em muitas reservas, a crescente escassez levou a uma diminuição do tempo de repouso da terra, o que rapidamente provocou uma queda na sua fertilidade.

Nesta situação, o estado colonial implementou, à força, um tipo de reforma agrária (*centralization programme*), que fixou as até então flexíveis delimitações de cada campo agrícola. As áreas de lavoura e as áreas de pasto foram separadas e cada família recebeu um terreno de um determinado tamanho. Estes novos limites das áreas agrícolas nas reservas passaram a mostrar uma surpreendente permanência. Eles foram reforçados pela implementação da segunda reforma agrária (o *Native Land Husbandry Act* de 1951), que tentou introduzir o sistema de propriedade particular de terras nas reservas.<sup>23</sup>

Este fechamento das fronteiras das chefias, bem como a fixação com um grau elevado de permanência dos limites das áreas aráveis de cada família, ambos resultado tanto da política colonial quanto do crescimento populacional, representam exemplos de mudanças no caráter de fronteiras que já existiam na época pré-colonial. O surgimento de novas delimitações espaciais e a fusão de vários critérios de delimitação para fronteiras multidimensionais são outros exemplos das inovações trazidas depois de 1890.

A fronteira deste novo tipo mais significativa era aquela que separou os colonos brancos e os da população africana. As reservas para a população africana foram resultado da conquista violenta e da desapropriação das terras pelos bran-

---

23. W. Döpcke, op. cit., cap. 4.13. L. Bessant. *Coersive Development: Peasant Economy, Politics and Land in Chiweshe Reserve, Colonial Zimbabwe, 1940-1966*, tese de doutoramento, Yale University, 1987.

cos.<sup>24</sup> Elas eram designadas inicialmente para um período limitado e, depois deste, os africanos deveriam ter se integrado completamente na economia moderna. As terras não-designadas como reservas poderiam teoricamente ser compradas não somente por colonos brancos mas também por africanos. Isto significa que, *de jure*, africanos podiam ser vizinhos de fazendeiros brancos. O jovem colonialismo não excluiu a possibilidade, embora muito distante, de aculturação. Ele ainda carregou traços do evolucionismo do século XIX e do imperialismo comercial que, embora tivesse definido a civilização branca como finalidade absoluta do desenvolvimento humano, não excluiu *in principio* a possibilidade de que alguns africanos pudessem chegar perto dela. O que caracterizou o colonialismo 'maduro' foi a congruência entre cor da pele/'raça' e cultura/civilização. O africano, assim era o raciocínio, seria geneticamente diferente do branco — assimilação era fisicamente impossível. A cultura natural do africano era a cultura tribal e rural das reservas. O discurso predominante do colonialismo jovem era antitradicional, e ele favoreceu a chamada 'destribalização' dos africanos. O colonialismo maduro era neotradicional. Ele tentou reinventar as estruturas tribais, como garantia de ordem. O colonialismo, a partir dos anos 1920, fixou as reservas africanas para 'sempre' como espaços naturais para o 'nativo eterno' e afastou dos africanos a possibilidade de adquirir terras fora das reservas.

Este processo de formalização da segregação até a chamada 'segregação total' encontrou seu clímax na década de 1930. O que aconteceu nos primeiros quarenta anos de dominação colonial foi, em primeiro lugar, a delimitação como resultado militar da conquista, de fronteiras entre su-

---

24. R. Palmer. *Land and Racial Discrimination in Rhodesia*. Londres, 1977. H. V. Moyana. *The Political Economy of Land in Zimbabwe*. Gweru, 1984.

postas zonas de habitação dos brancos e africanos; em segundo lugar, a fixação destas fronteiras 'para sempre', e, por último, a gradual suplementação e sobreposição desta fronteira espacial por amplos critérios culturais e 'naturais'. Surgiu uma fronteira multidimensional, que englobou todos os aspectos da existência humana.<sup>25</sup>

Uma outra categoria de fronteiras multidimensionais tem, como a delimitação das fronteiras entre branco e preto, uma imensa relevância política: as fronteiras etno-lingüísticas. A construção de etnicidade no Zimbábue colonial envolve o surgimento de uma identidade comum dos *shona*, bem como aquela dos *ndebele*, e também a divisão dos *shona* em nitidamente delimitadas 'subetnias' (*karanga*, *zezuru*, *manyika*, *korekore*, *ndau* etc.).<sup>26</sup>

O surgimento de fronteiras étnicas não foi resultado de uma consciente estratégia da política colonial, inspirada pelo princípio 'divide e impera' ou pelo raciocínio da 'criação de tribos' que orientou, por exemplo, a política colonial indireta na Tanzânia. Identidades etno-lingüísticas no Zimbábue eram resultado de complexas transformações sociais, que recebiam a sua dinâmica tanto do lado africano quanto do europeu.

As novas identidades étnicas em si não tinham precursores ou origens pré-coloniais diretas. Elas transcendem as fronteiras e delimitações pré-coloniais de associação política ou auto-identificação e nem correspondem a uma estrutura

---

25. Ver W. Döpcke, op. cit., cap. 4.11.

26. O fato de existirem na historiografia trabalhos importantes acerca deste tema permite que possamos nos restringir às linhas muito gerais deste processo. Ver por exemplo T. O. Ranger, op. cit., e T. O. Ranger. *The Invention of Tribalism in Zimbabwe*. Gweru, 1985. H. Chimhundu, op. cit.

política. Ser membro de uma etnia não constitui direitos como o do acesso à terra.<sup>27</sup>

Quais eram os elementos centrais da formação destas novas identidades étnicas? A partir de 1890, os africanos tinham que conviver e se orientar em um ambiente social que os identificava e os classificava de forma radicalmente diferente da que eles se auto-identificavam antes. Os africanos incorporaram este novo nível de identidade na sua autopercepção, sentindo a necessidade de se autodefinir em concordância com a ampliação social e geográfica do ambiente em que viviam.

Grande importância neste processo tiveram as cidades e os centros do setor capitalista com as suas hierarquias étnicas de emprego. Certas tarefas e trabalhos eram associados a certas 'tribos' pelos empregadores, e os africanos adaptavam-se a estas categorias. No decorrer do tempo, os trabalhadores migrantes criaram redes de associação, solidariedade e ajuda nas cidades, seguindo as linhas étnicas de agrupamento.

De igual modo importante neste processo, especialmente para o surgimento das 'subetnias' dos *shona*, era a política lingüística dos missionários cristãos. A transformação dos vários 'dialetos' *shona* em línguas escritas, considerada necessária para a evangelização e alfabetização, levou a uma padronização e formalização daqueles 'dialetos' que eram falados ao redor das estações missionárias. Este processo já foi analisado em 1931 por C.M. Doke e foi depois identificado como um elemento-chave para o surgimento do pensamento étnico na Manyicalândia.<sup>28</sup> A orientação das sociedades missionárias nas fronteiras administrativas levou a uma quase con-

27. Ver por exemplo T. O. Ranger, *op. cit.*, pp. 4 e 5.

28. Ver C. M. Doke. *Report on the Unification of the Shona Dialects*. Herford, 1931. T. O. Ranger. 'Missionaries'.

gruência das fronteiras das províncias com fronteiras linguísticas e, como consequência, das fronteiras étnicas.<sup>29</sup>

Depois destes inícios mais espontâneos, o processo assumiu a sua própria dinâmica e recebeu apoio também do Estado colonial, quando a partir de 1930 reconheceu oficialmente os 'dialetos' *shona* e adotou uma política de padronização das línguas africanas.

Não é necessário destacar a eficácia e relevância destas fronteiras etno-linguísticas para a história mais recente do país. Os movimentos de libertação enraizaram-se nas divisões étnicas e as campanhas militares do Estado independente contra os chamados 'dissidentes', depois de 1982, foram implementadas como parte de uma mais ampla política do chauvinismo étnico (ou 'protonacional').

Este último exemplo documenta, melhor do que nenhum outro, a mudança fundamental na função das fronteiras na história do Zimbábue. Mostra como as fronteiras no planalto zimbabueano se transformaram de 'limites' permeáveis da época pré-colonial para rígidos instrumentos de delimitação, discriminação e exclusão durante o colonialismo e a época pós-colonial.<sup>30</sup>

---

29. Ver C. M. Doke, *op. cit.*

30. Ver R. Werbner, *Tears of the Dead. The Social Biography of an African Family*. Melksham: Wiltshire, 1991.